



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 96

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 24 DE JUNHO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, n.º IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 27 de junho e 13 de julho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 27 de junho:

Veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.766, de 1956, na Câmara e nº 86, de 1959, no Senado, que estende os benefícios da Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1956, aos servidores das ferrovias e das empresas marítimas aposentados antes de sua encampação pelo Governo Federal ou reincorporação ao Patrimônio da União.

Dia 13 de julho:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.380, 1957, na Câmara e nº 417, de 1958, no Senado, que dispõe sobre a aposentadoria dos funcionários federais e dos empregados autárquicos da União que participaram de operações de guerra na Força Expedicionária, na Força Aérea e na Marinha de Guerra do Brasil ou receberam a Medalha da Campanha do Atlântico Sul.

Senado Federal, 22 de junho de 1961

AUGO MOURA ANDRADE

Vice Presidente, no exercício da Presidência

11ª Sessão Conjunta da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura

Em 27 de junho de 1961

As 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto ao Projeto de Lei (nº 1.766, de 1956, na Câmara dos Deputados e nº 86, de 1959, no Senado Federal, que estende os benefícios da Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1956, aos servidores das ferrovias e das empresas marítimas aposentados antes de sua encampação pelo Governo Federal ou reincorporação ao Patrimônio da União, tendo Relatário, sob nº 9, de 1961, da Comissão Mista.

SENADO FEDERAL

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Moura Andrade.
1º Secretário: Senador Cunha Mello.
2º Secretário: Senador Gilberto Marinho.
3º Secretário: Senador Argemiro Figueiredo.
4º Secretário: Senador Novaes Filho.
1º Suplente: Senador Mathias Olympio.
2º Suplente: Senador Guido Mondim.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder: Filinto Müller.
Vice-Líderes: Lima Leal Almeida e Nogueira da Gama.

Da Minoria

Líder:
Vice-Líderes:

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL-DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares.
Vice-Líderes: Gaspar Velloso e Victorino Freire.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros de Carvalho.
Vice-Líderes: Nelson Maculan e Fausto Cabral e Arundo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líderes: Rui Palmeira e Daniel Krieger e Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.
Vice-Líder: Aloisio de Carvalho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL-PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.
Cunha Mello.
Gilberto Marinho.
Argemiro Figueiredo.
Novaes Filho.
Mathias Olympio.
Guido Mondim.
Secretário: Evandro Mendes Viara.
Diretor-Geral substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).
Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Milton Campos (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Silvestre Párcles (PSB).
Ruy Carneiro (PSD).

Lourival Fontes (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Barros Carvalho (PTB).
Aloysio de Carvalho (PLD).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (ULD).
2. Freitas Cavalcanti (UDN).
3. João Arruda (UDN).
4. João Villasboas (UDN).
1. Ary Vianna (PSD).
2. Benedito Valladares (PSB).
3. Francisco Gallotti (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Vivaldo Lima (PTB).
3. Miguel Couto (PTB).

1. Mem de Sá.
Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 18 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Velloso, Presidente (PSD).
Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).
Fernandes Távora (UDN).

Sérgio Marinho (UDN).
 Del Caro (UDN).
 João Arruda (UDN).
 Alc Guimaraes (PSD).
 Lúcio da Silveira (P.D.).
 Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTE

- 1 Mourão Vieira (UDN).
- 2 Joaquim Parente (UDN).
- 3 Linco Bornhausen (UDN).
- 4 Ovidio Teixeira (UDN).

- 1 Eugênio Barros (PSD).
- 2 Francisco Gallotti (PSD).
- 3 Sebastião Archer (PSD).
- 1 Lima Teixeira (PTB).

- 2 Saulo Ramos (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 15h30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (PSD).
 Padre Calazans, Vice-Presidente — (UDN).
 Reginaldo Fernandes (UDN).
 Jarbas Maranhão (PSD).
 Saulo Ramos (PTB).
 Arlindo Rodrigues (PTB).
 Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

- 1 Coimbra Bueno (UDN).
 - 2 Lino de Mattos (UDN).
 - 1 Lobão da Silveira (PSD).
 - 2 Paulo Fernandes (PSD).
 - 1 Paulo Fender (PTB).
 - 2 Lima Teixeira (PTB).
 - 1 Aloísio de Carvalho (PL).
- Secretaria: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Freitas Cavalcanti — Presidente — UDN.
 Ary Vianna — Vice-Presidente — PSD.

Linco Bornhausen — UDN.
 Daniel Krieger — UDN.
 Fernandes Fávora — UDN.
 Dix-Huit Rosado — UDN.
 Lopes da Costa — UDN.
 Gaspar Veloso — PSD.
 Eugênio Barros — PSD.
 Filinto Müller — PSD.
 Lobão da Silveira — PSD.
 Victorino Freire — PSD.
 Fausto Cabral — PTB.
 Nogueira da Gama — PTB.
 Saulo Ramos — PTB.
 Barros Carvalho — PTB.
 Mem de Sá — PL.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
 MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
 MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
 Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 89,00
 Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo de número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

SUPLENTE

- 1 Milton Campos — UDN.
- 2 Joaquim Parente — UDN.
- 3 Ruy Palmeira — UDN.
- 4 Coimbra Bueno — UDN.
- 5 João Arruda — UDN.
- 6 Del Caro — UDN.
- 1 Silvestre Péricles — PSD.
- 2 Ruy Carneiro — PSD.
- 3 Jarbas Maranhão — PSD.
- 4 Menezes Pimentel — PSD.
- 5 Pedro Ludovico — PSD.
- 6

- 1 Vivaldo Lima — PTB.
- 2 Arlindo Rodrigues — PTB.
- 3 Paulo Fender — PTB.
- 4 Lima Teixeira — PTB.
- 1 Aloísio de Carvalho — PL.

Secretário: Renato de Almeida Chermont — Oficial Legislativo.
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira Presidente (PTB).
 Ruy Carneiro, Vice-Presidente — (PSD).
 Venâncio Igrejas (UDN).
 Mourão Vieira (UDN).
 Lino de Mattos (UDN).
 Francisco Gallotti (PSD).
 Menezes Pimentel (PSD).
 Paulo Fender (PTB).
 Miguel Couto (PTB).

SUPLENTE

- 1 Dix-Huit Rosado (UDN).
 - 2 Padre Calazans (UDN).
 - 3 Heribaldo Vieira (UDN).
 - 1 Paulo Fernandes (PSD).
 - 2 Lobão da Silveira (PSD).
 - 3 Sebastião Archer (PSD).
 - 1 Barros Carvalho (PTB).
 - 2 Lourival Fontes (PTB).
 - 3 Arlindo Rodrigues (PTB).
- Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Francisco Gallotti, Presidente — PSD).
 Sérgio Mário, Vice-Presidente — (UDN).
 Venâncio Igrejas (UDN).
 Ary Vianna (PSD).
 Lourival Fontes (PTB).

SUPLENTE

- 1 Padre Calazans (UDN).
 - 2 Daniel Krieger (UDN).
 - 1 Menezes Pimentel (PSD).
 - 2 Ruy Carneiro (PSD).
 - 1 Paulo Fender (PTB).
- Secretária: Vera de Alvaranga Maia — Oficial Legislativo.
 Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente (PTB).
 Ruy Palmeira, Vice-Presidente — (UDN).
 Daniel Krieger — (UDN).
 Heribaldo Vieira — (UDN).
 Benedito Valladares — (PSD).
 Gaspar Veloso — (PSD).
 Paulo Fernandes — (PSD).
 Lourival Fontes — (PTB).
 Aloísio de Carvalho — (PL).

SUPLENTE

- 1 Milton Campos — (UDN).
- 2 Venâncio Igrejas — (UDN).
- 3 Freitas Cavalcanti — (UDN).
- 1 Menezes Pimentel — (PSD).
- 2 Jefferson de Aguiar — (PSD).
- 3 Ary Vianna — (PSD).
- 1 Fausto Cabral — (PTB).
- 2 Barros Carvalho — (PTB).
- 1 Mem de Sá — (PL).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes, Presidente — (UDN).
 Alc Guimaraes, Vice-Presidente — (PSD).
 Fernandes Fávora (UDN).
 Pedro Ludovico (PSD).
 Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

- 1 Dix-Huit Rosado (UDN).
 - 2 Lopes da Costa (UDN).
 - 1 Eugênio Barros (PSD).
 - 2 Jarbas Maranhão (PSD).
 - 1 Miguel Couto (PTB).
- Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues, Oficial Legislativo.
 Reuniões: Quinta-feira às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente — (UDN).
 Jarbas Maranhão, Vice-Presidente — (PSD).
 Sérgio Marinho (UDN).
 Jefferson de Aguiar (PSD).
 Francisco Gallotti (PSD).
 Miguel Couto (PTB).
 Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

- 1 Fernandes Fávora (UDN).
 - 2 Dix-Huit Rosado (UDN).
 - 1 Silvestre Péricles (PSD).
 - 2 Ruy Carneiro (PSD).
 - 3 Jorge Mavneré (PSP).
 - 1 Saulo Ramos (PTB).
 - 2 Nelson Maculan (PTB).
- Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.
 Reuniões: Quintas-feiras às 15 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente (UDN).
 Jarbas Maranhão — Vice-Presidente — PSD.

Joaquim Parente (UDN),
Sebastião Archer (PSD),
Paulo Fender (PTB),
Miguel Couto (PTB),
Aloysio de Carvalho (PL),

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN),
2. Padre Calazans (UDN),
1. Ruy Carneiro (PSD),
2. Benedito Valadares (PSD),
1. Nelson Maculan (PTB),
2. Fausto Cabral — (PTB),
1. Mem de Sá (PL).

Secretaria: Italina Cruz Alves, Oficial Legislativo.

Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes Comunicações e Obras Públicas

Titulares:

Jorge Maynard — Presidente (PSP),
Lino de Matos — Vice-Presidente (UDN).

Coimbra Bueno (UDN)

Vitorino Freire (PSD)

Fausto Cabral (PTB).

Suplentes:

UDN

1 — Sérgio Marinho

2 — João Arruda.

PSD

1 — Jefferson Aguiar

2 — Eugênio Barros

PTB

1 — Nelson Maculan

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca

Titulares:

Nelson Maculan — Presidente (PTB),
Eugênio Barros — Vice-Presidente (PSD)

Ovidio Teixeira (UDN)

Mourão Vieira (UDN)

Alô Guimarães (PSD)

Paulo Fernandes (PSD)

Nogueira da Gama (PTB)

Suplentes:

UDN

1 — Lopes da Costa

2 — Joaquim Parente

PSD

1 — Pedro Ludovico

2 — Lobão da Silveira

3 — Francisco Gallotti

PTB

1 — Saulo Ramos

2 — Lima Teixeira

Secretaria: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Atas das Comissões

Comissão de Economia

11ª REUNIÃO, REALIZADA EM
5 DE JUNHO DE 1961

5ª Extraordinária

As 22 horas, sob a presidência do Sr. Senador Fausto Cabral, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Del Caro, Fernandes Távora, Lobão da Silveira e Joaquim Parente, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer com causa justificada os Senhores Senadores Gaspar Vellozo, Presidente, Alô Guimarães, Sérgio Marinho, João Arruda e Nogueira da Gama.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior, sendo a seguir aprovada.

Ao iniciar os trabalhos o Sr. Presidente da a palavra ao Sr. Senador Del Caro, que relata pela aprovação, do Projeto de Decreto Legislativo nº 93 de 1954, que aprova o Acórdão Interacional sobre a Regulamentação da Produção e do Comércio do Açúcar.

Submetido à votação é o parecer sem restrições, aprovado.

Em seguida o Sr. Senador Fausto Cabral, convida o Sr. Senador Fernandes Távora para assumir a presidência, com o propósito de relator os Projetos de Lei da Câmara nº 52 de 1960, que prorroga por doze meses, a partir de 6 de junho de 1960, o prazo da vigência da Lei nº 2.993, de 6 de dezembro de 1956, que concede isenção de direitos etc., para importação de material automobilístico que especifica, e dá outras providências, concluindo por pedir audiência do Grupo de Estudos das Indústrias Automobilísticas (CETA); e de Lei do Senado nº 3 de 1961, que autoriza a criação da Companhia do Aço Minas Gerais, Açominas, e dá outras providências (Apresentado pelo Senador Nogueira da Gama).

Submetido à votação é o parecer sem restrições, aprovado.

A seguir o Sr. Vice-Presidente, Senador Fausto Cabral, assume a presidência da Comissão, a fim de dar conhecimento e colocar ao dispor dos seus pares o ofício recebido da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o qual acompanha longo e pormenorizado estudo relacionado ao Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 1957, que define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre a sua efetivação.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, lavro a presente ata, que, uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Legislação Social

5ª REUNIÃO, REALIZADA EM 18
JUNHO DE 1961

As 16 horas, sob a presidência do Sr. Senador Lima Teixeira, Presidente, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira, Mourão Vieira e Barros de Carvalho, reúne-se a Comissão de Legislação Social.

Deixam de comparecer com causa justificada os Senhores Senadores Ruy Carneiro, Miguel Couto, Lino de Mattos, Venâncio Igrejas, Francisco Gallotti, Paulo Fender e Menezes Pimentel.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior, sendo em seguida aprovada.

Ao iniciar os trabalhos, o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Senador Mourão Vieira, a fim de relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 60 de 1961, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais dez anos o prazo a que se refere a Lei nº 1.131 de 13 de junho de 1953, que dispõe sobre

a realização do plano de sorteio denominado "Sweepstake".

Submetido à votação é o parecer sem restrições, aprovado.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, lavro a presente ata, que, uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 75ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 23 DE JUNHO DE 1961

PRESENCIA DO SR. GILBERTO
MARINHO

Às 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Mourão Vieira — Paulo Fender —
Zacharias de Assumpção — Lobão da
Silveira — Mendonça Clark — João
Mendes — Joaquim Parente — Fer-
nandes Távora — Menezes Pimentel —
Sérgio Marinho — Dias-Hurt Rosado —
Argemiro de Figueiredo — Nogueira
Filho — Barros Carvalho — Ruy Pal-
meira — Silvestre Péricles — Heribaldo
Vieira — Ovidio Teixeira — Lima
Teixeira — Ary Vianna — Gilberto
Marinho — Benedito Valadares — No-
gueira da Gama — Lino de Mattos —
Pedro Ludovico — Coimbra Bueno —
Alô Guimarães — Brosílio Celestino —
Mem de Sá — Guido Mondin — (30)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário, lê o seguinte

Expediente

LISTA Nº 35, DE 1961

Em 22 de junho de 1961

Manifestações favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 13-60 (na Senado) e nº 2.22-57 (na Câmara) que fixa as diretrizes e bases da educação nacional:

— da Sra. Joaquina Benedita, de Araçoiaba da Serra SP;
— da Sra. Rosa e Maria Paula, de Araçoiaba da Serra SP;
— do Sr. João Rodrigues, de Araçoiaba da Serra SP;
— do Sr. Benedito Gomes Alves, de Araçoiaba da Serra SP;
— da Sra. Dolores Alcaldi de Araçoiaba da Serra SP;
— do Sr. Antônio Ferreira, de Araçoiaba da Serra SP;
— do Sr. Alvaro Coutinho, de Araçoiaba da Serra SP;
— do Revmo. Padre Rose Passara, de Araçoiaba da Serra SP;
— do Sr. Militão Barros Costa, de Aparecida SP;
— da Sra. Rita de Almeida, de Aparecida SP;
— da Sra. Odete de Oliveira Silva, de Aparecida SP;
— do Sr. Eurico Leme Galvão, de Aparecida SP;
— do Sr. Silverio Negri, de Aparecida SP;
— da Sra. Rosa da Silva, de Aparecida SP;
— do Sr. Carlos Araújo Silva, de Aparecida SP;
— do Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, de Araras SP;
— da Sra. Itália Bressan Puppi, de Araras SP;
— da Classe Estudantil de Barretos SP;
— do Sr. Gregório Brandão, de Barretos SP;
— da Sra. Dirce Mira Glorjão de Birigui, SP;

— da Sra. Flora Vicente Alvares, de Birigui, SP;
— da Sra. Helena Baggio, de Birigui, SP;
— da Sra. Emília Lopes Gomes, de Birigui, SP;
— da Sra. Eurice Valda Nogueira de Paula, de Birigui, SP;
— da Sra. Edméa Carvalho, de Birigui, SP;
— da Sra. Esther Borini, de Birigui, SP;
— da Sra. Gilda Teresa Padoveri, de Birigui, SP;
— da Sra. Maria Dercy Pacheco, de Birigui, SP;
— da Sra. Maria Dercy Lourenço de Botucatu, SP;
— do Sr. Orlando Peripoli, de Cruzeiro, SP;
— do Sr. Otello Peripoli, de Cruzeiro, SP;
— do Sr. Benvenuto Dallagnese, de Cruzeiro, SP;
— da Sra. Cecília Marchiori Dallagnese, de Cruzeiro, SP;
— do Sr. Pedrinha Mendes, de Cândido Mota, SP;
— da Câmara Municipal de Duartina, Estado de S. Paulo;
— do Dr. Tander e Senhora, de Itapetininga, SP;
— da Sra. Margina Ramos, de Itapetininga, SP;
— do Sr. Leonardo Jacuzzi de Lapa, SP;
— da Profa. Maria Piedade Gonçalves de Lorena, SP;
— da Família Pedro Menezes, de Lorena, SP;
— do Sr. José Guerreiro Bougado, de Lorena, SP;
— do Sr. Francisco Rodrigues Alves, de Lorena, SP;
— do Sr. Durval Reis, de Lorena, SP;
— do Sr. Joaquim Batista, de Lorena, SP;
— da Família João de Oliveira, de Lorena, SP;
— do Sr. Antônio Dias Lourenço, de Lorena, SP;
— do Sr. Pedro Barbosa, de Lorena, SP;
— do Sr. Domingos Manoel de Mace, de São Carlos, SP;
— da Congregação Mariana da Catedral, de São Carlos, SP;
— do Sr. Luiz Carlos Christiani e Família, de S. Carlos, SP;
— do Sr. Victor Gerônimo, de Santo Antônio de Alegria, SP;
— do Sr. Anselmo Domingos, de Santo Antônio de Alegria, SP;
— do Sr. Júlio Rodrigues, de Santo Antônio de Alegria, SP;
— do Sr. João Hipólito Batista, de S. Antônio da Alegria, SP;
— do Sr. Carlos Domingos, de S. Antônio da Alegria, SP;
— do Sr. João Batista Divino, de S. Antônio da Alegria, SP;
— do Sr. Donana de Lima, de S. Antônio da Alegria, SP;
— da Sra. Aparecida Duarte, de S. Antônio da Alegria, SP;
— da Sra. Maria Pio Arantes de S. Antônio da Alegria, SP;
— do Sr. Teodilino Alves Arantes, de S. Antônio da Alegria, SP;
— do Sr. Flávio Batista Duarte, de S. Antônio da Alegria, SP;
— da Sra. Célia Moreira Gonçalves, de S. Antônio da Alegria, SP;
— da Sra. Maria Dias, de S. Antônio da Alegria, SP;
— do Sr. Deolindo José Arantes, de S. Antônio da Alegria, SP;
— da Sra. Geralda Pierri, de S. Antônio da Alegria, SP;
— da Sra. Maria Divina dos Reis, de S. Antônio da Alegria, SP;
— do Sr. Sebastião José Arantes, de S. Antônio da Alegria, SP;
— do Sr. Joaquim Tadeu Nascimento, de S. Antônio da Alegria, SP;
— do Sr. Francisco Izon, de S. Antônio da Alegria, SP;
— do Sr. Teodoro de Souza, de S. Antônio da Alegria, SP;
— da Sra. Verônica Maria, de S. Antônio da Alegria, SP;

Agora, exercendo a administração da municipalidade de Brasília, o Sr. Paulo de Tarso toma posição contrária. O ex-Prefeito Israel Pinheiro deve estar regozijando-se, porque o Sr. Paulo de Tarso, que o combata na Câmara dos Deputados, como Prefeito encara os pontos de vista, do seu antecessor e os executa. Portanto, viva o ex-Prefeito Israel Pinheiro

Em suas explicações ao *Correio Braziliense* de hoje o Sr. Prefeito diz o seguinte:

"A respeito do discurso pronunciado pelo Senador Lobão da Silveira, criticando o Prefeito Paulo de Tarso pela mudança da Cidade Livre para o Plano Piloto, o Governador da Cidade disse que o parlamentar possivelmente não conhece todos os aspectos da situação, daí a razão pela qual não se deve dar os conceitos e opiniões que ele fez pronunciamentos."

Conheço o problema tanto quanto Sr. Exa, pois estive denunciando e relatando em Brasília desde o ano passado, até o ano do ano passado, tudo isso, antes mesmo da mudança da Capital.

A Cidade Livre ou Núcleo Bandeirante tem um erro de origem. Quando se pensou na sua localização, deviam ter feito, imediatamente, a sua localização, para não criar o problema que hoje está se criando, difícil de resolver.

Talvez nem o Prefeito Paulo de Tarso, nem o ex-Prefeito Israel Pinheiro, com toda a boa vontade, poderão realizar a mudança dos habitantes da Cidade Livre para o Plano Piloto ou para qualquer outra Cidade Satélite.

São quarenta e cinco mil habitantes, quarenta e cinco mil moradores. Cumpre analisar e verificar o que é preciso para efetuar a mudança de uma cidade de população já tão densa.

Afirmo — e reafirmo — que não houve planejamento.

E' mister, primeiro, calcular o número de casas, as instalações de água e esgotos, e o consumo de energia para uma população dessa natureza. Só depois desses cálculos e da previsão dos recursos necessários, é que se pode empreender a mudança.

O Sr. João Mendes — Permite V. Exa, um aparte?

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA — Com prazer.

O Sr. João Mendes — Hoje, ocasionalmente, estive na Cidade Livre pela manhã e vi muitos barracões de madeira e outros com a demolição iniciada. O que me parece mais grave é o fato de que o Sr. Prefeito talvez não esteja dando a devida atenção, e estejam mudando a Cidade Livre para a Asa Norte, nas mesmas condições — ou piores — em que foi instalado o Núcleo Bandeirante, porque aproveitando o material dos barracões que já estão há muitos anos. O que vai acontecer é que o Prefeito vai transformar a Asa Norte numa favela, com os mesmos vícios e erros da Cidade Livre. Alguns moradores fizeram-me uma reclamação interessante: "Sr. Senador, como vamos viver na Asa Norte, se mais de oitenta por cento da população do Núcleo Bandeirante não tem condições de se instalar segundo o plano urbanístico da Asa Norte?"

O Sr. LOBÃO DA SILVEIRA — V. Exa, sem outra razão. Afirmo, no meu discurso anterior, e continuo a afirmar, que, com a mudança dos habitantes da Cidade Livre para o Plano Piloto, o que se está fazendo é transformar o Plano Piloto em uma construção de barracões, favelas, favelas e anti-favelas, para um local onde não existem condições de habitabilidade e urbanização, pois que na Asa Norte, onde se pretende situar os moradores do Núcleo Bandeirante, não existem água potável, luz e esgoto.

Na entrevista que hoje deu ao *Correio Braziliense*, o Exmo. Sr. Presidente Municipal afirmou, categoricamente, o que afirmo-nos agora.

Continua o Sr. Prefeito no seu esclarecimento: (Leu).

Firmando-se na tese de que "os donos de Brasília merecem o melhor sorte da qual lhes tem sido reservada na Cidade Li-

vre", o Prefeito Paulo de Tarso, refutou as críticas feitas pelo Senador Lobão da Silveira, salientando que o desconhecimento do Núcleo Bandeirante não está sendo feito sem planejamento, mas sim, que foram tomadas, oportunamente, as medidas necessárias à consolidação dos serviços: de saneamento, de iluminação, de segurança, de estabelecimento de comércio e instituições; e, finalmente, da planta aerofotogramétrica do local, através da qual os técnicos municipais estão realizando estudos que possibilitam a execução racional da mudança e urbanização adequada da Avenida W-3 da Asa Norte, para receber os planejados.

O planejamento, a meu ver, consiste, primeiro em fazer-se a urbanização da parte da Asa Norte, para onde se pretende transferir os moradores da Cidade Livre. Essa disposição, porém, não existe.

Ora, a Prefeitura alega que não pode dispersar a Cidade Livre porque ela está sendo habitada; no entanto, transferem moradores de uma parte não urbanizada para outra do Plano Piloto, nas mesmas condições. Assim sendo, seria conveniente, primeiro, urbanizar a parte do Plano Piloto e depois proceder-se a transferência.

Estou coerente comigo mesmo, na crítica que faço sob o ponto de vista lógico e racional, porque não existe a urbanização. Se existisse, o Prefeito poderia calcular a despesa necessária para a transferência dos 45 mil moradores da Cidade Livre, que não obstante esse número, está desamparada, sem água, esgoto e luz. No entanto, pretende-se transferir essa população para o Plano Piloto, com todos os vícios, defeitos e inconvenientes que criticamos na Cidade Livre.

O Sr. Prefeito Paulo de Tarso alegou, na sua explicação, que ninguém fora expulso da Cidade Livre, e que, também, não tem havido violência.

Contesto a afirmativa de S. Exa. Violências tem ocorrido. O jornal *"Correio Braziliense"*, no mesmo dia em que falei no Senado, na sua seção: *"Jornal da Cidade Livre"*, dizia:

"SANGUE NA CL"

Polícia da terror implantada pela Prefeitura começa a produzir seus primeiros frutos

A polícia chegou no barraco do Sr. Leonidas Vieira do Jesus, em frente ao Mercado Livre Diamantina, onde tinha 130 mil cravinhos de dente, verdura, ovos, queijo, frango e outras mercadorias e lhe deu a ordem geral: "vamos demolir este barraco". Immediatamente, sem esperar as coisas que o Sr. Vieira poderia fazer, a polícia começou a demolir o barraco. O Sr. Vieira ficou com a sua mercadoria e a polícia começou a demolir o barraco. O Sr. Vieira ficou com a sua mercadoria e a polícia começou a demolir o barraco. O Sr. Vieira ficou com a sua mercadoria e a polícia começou a demolir o barraco.

O Sr. Presidente do Senado não foi informado da situação. Não foi informado da situação. Não foi informado da situação.

O Sr. Presidente do Senado não foi informado da situação. Não foi informado da situação. Não foi informado da situação.

Fato mais grave

Fato mais grave ainda vem de acontecer sábado último, com o prédio do Hotel Normandia, situado à Segunda Avenida, 557.

Continuando o Sr. desregado, intento de coarçar os habitantes do Núcleo Bandeirante a retirada para um lugar qualquer como se

a CL fosse um feudo, a Prefeitura arrambou e iniciou a destruição do Hotel Normandia.

E a própria imprensa que comenta o ato da Prefeitura mandando arrambar e proceder à demolição de um hotel do Núcleo Bandeirante. E' grave, principalmente em se tratando de uma cidade colocada nas imediações da Capital Federal, o maior centro de atividade do País. Esses fatos talvez não ocorram em outras cidades de nossos Estados; entretanto, vêm-nos na Capital do País.

Sr. Presidente, não invento fatos contra o Prefeito, informo o que está acontecendo. Esses moradores pedem providências ao Prefeito e ao Presidente da República. Já têm recorrido ao Judiciário, tentando por todos os meios e modos serem atendidos. Resta-lhes o Congresso a única via de que podem lançar mão através de nossa palavra, a fim de que suas reclamações, suas queixas e a amargura em que vivem sejam ouvidas e sentidas.

Muita vida política foi feita à base de assistência à gente humilde e pobre do meu Estado; não posso sentir ou ouvir essas queixas e reclamações sem trazê-los para a Tribuna do Senado, para que o Governo considere melhor o assunto.

Não faço acusações; defendo os pioneiros, aqueles que vierem de todos os recantos do Brasil para construir esta grande cidade, que tanto elogia-mos e que tanta exaltação tem suscitado no estrangeiro a propósito do desenvolvimento de nosso País.

Mas não é só o *"Correio Braziliense"* que comenta o que se passa. E' a imprensa em geral; é toda a população da Cidade Livre.

O jornal *"O Candango"* de Brasília, estampa duas fotografias da nova Cidade Livre, no Plano Piloto. Afirmam-se e reafirma-se que no Plano Piloto se está construindo um novo núcleo bandeirante. Transfere-se gente para locais sem condições de habitabilidade ou de urbanização, ameaçando o Plano Piloto das doenças decorrentes da falta de água, de esgoto, como sejam a verminose, o tifo, a disenteria e tantas outras moléstias.

O mesmo jornal noticia essa mudança precipitada, sem planificação, da seguinte forma:

"Brasília está revivendo seus tempos pioneiros. A Avenida W-3 da Asa Norte, há uma semana inteiramente deserta, está sendo transformada em sua paisagem, com o desmatamento das áreas que a margeiam e o erguimento de casas de madeira, inventadas em verdadeiro "ritmo Brasília". A vida começa a invadir aquela terra. Caminhões chegam, trazendo outros, com madeiras, móveis e mercadorias das habitações do Núcleo Bandeirante que primeiro se abalancaram à "transferência-transfêrência". O espírito pioneiro sobrevive na Nova Capital. E com seu sopro, da vida à Asa Norte.

Todavia, a operação-transferência, a qual ainda poderia ser feita, está cheia de erros que poderão comprometer, no futuro, a estética urbanística da Cidade. A Avenida W-3 nasce com vícios de origem que mais tarde darão origem a dores de cabeça às autoridades que pretendam arrancá-los.

Contesta o Sr. Prefeito, em sua entrevista, que as construções realizadas na Asa Norte, para receber os moradores do Núcleo Bandeirante, são provisórias.

Para ser provisórias, Sr. Presidente, foi construída a Cidade Livre e hoje o Governo luta com dificuldades para resolver a situação daquela população.

Amanhã, as mesmas dificuldades surgirão aqui. Estamos, portanto, criando um duplo problema: o da Ci-

dade Livre e o do Plano Piloto com suas favelas.

E' para este aspecto do problema, que desejo interessar a atenção do Sr. Prefeito Municipal e do Sr. Presidente da República. Essa mudança está errada, pois está sendo feita precipitadamente e sem necessidade.

O Governo atual tem ainda quase cinco anos pela frente para levá-la a termo. Quando o Governo passado, por conveniência, fazia sentir a necessidade de precipitar a mudança da Capital para o Planalto, todos reclamavam. Agora, uma simples transferência de moradores e comerciantes se quer fazer a toque de caixa, quando o Governo além de dispor de tempo, conta com elementos suficientes para resolver todos esses problemas.

O Sr. João Mendes — Permite V. Exa um aparte?

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA — Pois não.

O Sr. João Mendes — Basta que o Sr. Presidente da República se lembre da promessa que fez, quando da sua propaganda política à cata de votos ou com espírito de demagogia, de que transformaria a Cidade Livre numa segunda Vila Maria.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA — V. Exa tem razão. Creio, mesmo, que uma visita do Sr. Presidente da República à Cidade Livre, para entrar em contacto com aquela gente, para sentir de perto o drama em que vive, sob a ameaça de verdadeira tragédia — porque até mortes estão ocorrendo — implicaria numa obra de reconhecimento àqueles que tanto confiaram e tanto esperam de seu Governo.

Sr. Presidente, eram estas as ponderações que desejava fazer, no momento, à margem da entrevista do nobre Deputado Paulo de Tarso, a quem não quero mal, mas ao contrário, desejo todo o bem, para que possa realizar em Brasília uma administração profícua e pacífica, para a consolidação de Brasília. (Muito bem, muito bem. Palmas).

Após o discurso do Sr. Lobão da Silveira o Sr. Gilberto Marinho deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Argemiro Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Santo Ramos. (Pausa).

Está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Idma Teixeira. (Pausa).

Está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Romão Archer. (Pausa).

Está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar. (Pausa).

Está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISTA DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Senhor Argemiro Figueiredo deixa a Presidência, reassumindo-a o Sr. Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

— Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Neyva Filho.

O SR. NOVAIS FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, honrado com a designação do Senado da República para tomar parte na delegação que o Congresso Nacional enviou à Polónia, com o fim especial de retribuir a visita que o Parlamento daquela Nação amiga nos havia feito, sinto-me no dever de trazer ao conhecimento desta Casa que a delegação designada desempenhava sua missão.

Recolhemos impressão das mais agradáveis pela maneira extraordinária como fomos recebidos pelos membros do Parlamento Polonês.

Nos encontros, nas recepções, nas festas magníficas oferecidas em honrimas manifestações, sentia-se a menagem à delegação do Brasil, nas profunda simpatia aque o povo polonês tem pelo povo brasileiro.

Na primeira visita à Dieta, fomos recebidos pelo seu Presidente, homem culto, brilhante e que sabe se expressar de maneira a encher de encantamento a quantos o ouvem. Devo dizer, também, que uma das grandes impressões que trouxemos do Parlamento da Polónia foi a do alto grau de cultura, preparo e ilustação dos membros da Dieta para o completo exercício dos seus deveres legislativos. Verifica-se que o povo da Polónia sabe escolher seus representantes, pois nada menos de oitenta por cento dos elementos que compõem a Dieta são homens de escol, constituidores das melhores elites — professores, universitários, cientistas, homens recrutados nos meios mais adiantados, onde se observa, onde se estuda, onde se investiga; capacitados, portanto a levarem boa ajuda e consciente colaboração aos trabalhos legislativos da Nação.

Sr. Presidente, a maneira como a Dieta recebeu a Delegação brasileira foi de tal modo requintada, que todos nos convencemos da profunda simpatia e, mesmo, de certa identidade de ideias que deve unir os nossos povos.

Tive o ensejo e a honra de, como membro desta Casa, falar, no nosso primeiro encontro, na Dieta polonesa. Com a franqueza que me caracteriza, declarei nossa formação, nossos rumos democráticos e nosso amor à liberdade, mas que nada disso criava dificuldades para que mantivéssemos, em todos os campos, no político, no social e no econômico, as melhores relações com os povos que, espontaneamente ou levados pelas circunstâncias ambientais, adotam outra orientação política.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — O que V. Ex^a diz, com relação à Polónia, é uma grande verdade. O povo polonês — que tem sido um dos mais martirizados do globo — sempre foi amante irredutível da liberdade; e nós, que cultuamos o ideal da Democracia, não podemos deixar de ser considerados por ele quase irmãos. Daí a simpatia indiscutível que nos vota a Polónia, e o que V. Ex^a e seus companheiros observaram é uma realidade, não fingimento, e muito nos honra.

O SR. NOVAES FILHO — Muito grato à prestigiosa colaboração trazida ao meu modesto discurso pelo eminente representante do Ceará.

O Sr. Fernandes Távora — Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. NOVAES FILHO — Senhor Presidente, nesse primeiro contato com a Dieta Polonesa, expressei a grande simpatia, a admiração, o eternecimento mesmo que nós, brasileiros, temos pelo povo da Polónia tão sofrido e que tem atravessado longos períodos de sua vida debaixo da mais ferrenha das escravidões, sem, contudo, jamais deixar de alimentar o mais puro idealismo na defesa permanente da bandeira que, naquela País, é sonho e realidade — a bandeira da independência e da autonomia. Fiz sentir também aos Parlamentares da Polónia que, graças aos sentimentos de ordem espiritual que unem e irmanam os povos, há tamanha afinidade entre o Brasil e aquela grande Pátria. E' que nós, como os poloneses, nascemos e vivemos sob a esplendente beleza da fé católica.

Recebidos pela Comissão de Relações Exteriores da Dieta Polonesa, tive a

grande honra, como membro do Senado do Brasil, de ser um dos intérpretes dos sentimentos da Delegação Parlamentar que ali se encontrava. Em todas essas oportunidades, sentimo-nos grandemente sensibilizados e reconhecidos pela maneira extraordinariamente fidalga com que a Dieta Polonesa, por todos os elementos representativos de sua inteligência e cultura, recebia os Delegados do Parlamento do Brasil.

Sr. Presidente, sendo o primeiro Senador que regressa, depois de desincumbir-me da missão confiada por esta Casa, julgo cumprir o meu dever ao trazer ao Senado Federal estas impressões e ao renovar, desta tribuna, a Dieta Polonesa, através de seu Presidente e de todos os seus membros, os melhores agradecimentos da Delegação do Brasil pela maneira extraordinariamente amigável, acolhedora e fraternal com que fomos recebidos na grande Nação polonesa.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

— Continua a hora do Expediente. Não há mais oradores inscritos.

— Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em primeira discussão, do Projeto de Lei do Senado número 36, de 1959, que acrescenta um parágrafo ao art. 2º da Lei nº 2.674, de 8 de dezembro de 1955 (lei que dispõe sobre o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Marítimo e dá outras providências), tendo pareceres sob ns. 832, de 1959; 201, 202 e 203, de 1961, contrários ao projeto e à emenda de Plenário, das Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

A votação fica adiada, por falta do quorum regimental.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1959, que dispõe sobre o começo de vigência dos Regimentos, Instruções, Portarias, Avisos e demais atos normativos e dá outras providências, tendo pareceres contrários sob números 207 e 208 de 1961, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada, por falta de quorum.

Discussão única do Requerimento nº 209, de 1961, do Sr. Senador Gilberto Marinho, solicitando inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 1, de 1961, Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. BRÁSILIO CELESTINO:

— Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o nobre Senador Brasília Celestino.

O SR. BRÁSILIO CELESTINO:

(Não foi revisado pelo orador)

Sr. Presidente, em 1959, o Governo Federal, por intermédio do Departamento dos Correios e Telégrafos, solicitou à Prefeitura Municipal de Joaçaba, em Santa Catarina, a doação de um terreno para não ser construído o edifício da agência local dos Correios e Telégrafos.

Atendendo à solicitação do Governo Federal, a Câmara Municipal de Joaçaba autorizou o Prefeito a doar o terreno, situado em esplêndida esquina, em ponto central da cidade, próximo à Igreja Matriz, verdadeiro monumento de arquitetura, construída pela fé cristã do nosso povo.

A partir daquela data, Sr. Presidente, têm figurado em todos os Orçamentos da União, verbas destinadas à edificação do prédio. Entretanto — é doloroso registrar — o terreno está coberto de capoeira e, até a presente data, o Departamento dos Correios e Telégrafos não se resolveu a iniciar a construção.

Neste momento, da tribuna do Senado, endereço um apelo ao Exmo. Sr. Ministro da Viação, Dr. Clóvis Salgado e ao Coronel Augusto Gustavo Borges, Diretor do Departamento de Correios e Telégrafos, no sentido de que adotem providências para a construção de prédio que melhor acomode a Agência dos Correios e Telégrafos da cidade de Joaçaba. Atualmente, ela ocupa imóvel alugado, antigo, sem o menor conforto para os funcionários e sem qualquer comodidade para aqueles que necessitam dos serviços postais telegráficos.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para dirigir outro apelo, este ao Sr. Ministro da Aeronáutica e ao Sr. Brigadeiro Diretor da Aeronáutica Civil. O campo de pouso da cidade de Joaçaba foi construído há dez ou doze anos. Tem mil trezentos e cinquenta metros de comprimento por cento e cinquenta de largura. Nestes últimos anos, ali vêm aterrissando, diariamente, de oito a dez aviões de várias companhias brasileiras.

Ultimamente, entretanto, devido ao mau estado do campo e à falta de concretagem da pista, as empresas de aviação nacionais estão diminuindo seus vôos. Há poucos dias, estive na agência da VARIG, em Brasília, e tomei conhecimento de que aquela companhia suspendeu os vôos para Joaçaba, não sei se provisória ou definitivamente, em face de mau estado da pista de pouso. Aliás, pode essa pista ser ainda aumentada em trezentos ou quatrocentos metros.

Sr. Presidente, sabem V. Ex^a e o Senado que os aviões Douglas já estão sendo substituídos, em toda parte, por aparelhos mais modernos. Para que os mais modernos e possantes possam aterrissar naquele Aeroporto, indispensável se fez o início da concretagem da pista.

Em 1958, figurou no Orçamento da República a verba de quinze milhões de cruzeiros, destinada ao início da concretagem do referido aeroporto, entretanto, em meados do exercício, o Sr. Ministro da Fazenda resolveu incluir a importância ao Plano de Economia.

Em dezembro do ano passado, foi firmado um convênio entre o Estado de Santa Catarina e o D.A.C. — 5ª Zona Aérea, para aplicação da verba de cinco milhões, no início da concretagem da pista do Aeroporto Santa Terezinha, Município de Joaçaba.

Até o presente instante, não sei se essa verba teve aplicação e se o convênio entrou em execução.

Sr. Presidente, aproveitando o ensejo, endereço um apelo caloroso a S. Ex^a o Sr. Brigadeiro Gabriel Grin Moss, Ministro da Aeronáutica, e ao Sr. Diretor da Aeronáutica Civil, para que seja iniciada brevemente aquela obra, a fim de que não voltemos a precisar de taxis aéreos para o transporte de passageiros e cargas entre a minha cidade e as Capitais do Rio Grande do Sul, do próprio Estado de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo e da Guanabara. E espero que aquelas altas autoridades o atendam. (Muito bem.)

O SR. LÍLIA TEIXEIRA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, tenho, nesta Casa, feito muitas críticas ao Sr. Presidente da República. Faço mesmo oposição ao seu Governo, porém, não sistemática. Quando S. Ex^a oferecer medidas que mereçam meu aplauso, desta tribuna dar-lhes-ei o meu apoio.

Acabo de ler que S. Ex^a tomou certas deliberações quanto a Agências de Informações, no Exterior, e mesmo deu instrução ao Chefe do Gabinete Civil, Dr. Quintanilha Filho, no sentido de que constituísse um Grupo de Trabalho, para o qual indicou entre outros jornalistas o senhor Prudente de Moraes Neto, com o objetivo de estudar a criação de uma Agência Brasileira de Notícias.

O memorando do Sr. Jânio Quadros diz o seguinte:

"1) Acontecimentos recentes demonstraram ser urgente a organização de uma Agência Brasileira de Informações, capaz de manter no exterior uma rede de correspondentes brasileiros e apta a informar à imprensa mundial sobre a vida e a política do país. Já somos Nação adulta, em condições de obter suas próprias informações, e dá-las aos que queiram informar-se do Brasil;

"2) Parece-me, no entanto, que o Estado não pode entrar no mercado de notícias. Melhor será estimular a iniciativa privada, oferecendo condições a que se articule um "pool" de grandes empresas privadas para organização da Agência Brasileira;

"3) O estímulo governamental poderá consistir na concessão de facilidades técnicas e financeiras, até mesmo em participação minoritária no capital, sob a condição de fixar-se a rigorosa neutralidade da agência em relação aos interesses políticos e econômicos das empresas que se associarem;

"4) Constitua um grupo de trabalho que examine o assunto e ofereça, no prazo de 30 dias, sugestões concretas. Convide para presidir o Sr. Herbert José, e, para o integrar, os jornalistas Luís Alberto Bahia, do "Correio da Manhã"; João Calmon, dos "Diários Associados"; Prudente de Moraes Neto, do "Diário de Notícias"; João Etcheverry, da "Última Hora"; Nascimento Brito, do "Jornal do Brasil"; Rui Mesquita, do "O Estado de São Paulo"; Frigson Frazzari, do "O Estado de São Paulo"; Carlos José Noll, de "A Gazeta"; Arlindo Pasqualini, do "Correio do Povo"; do "Jornal do Comércio"; do "Recife", e Jorge Calmon, de "A Tarde", de Salvador";

Sr. Presidente, tive oportunidade de observar algumas vezes, inclusive em 1956, quando me encontrava com o Vice-Presidente da República em visita aos Estados Unidos da América do Norte, na cidade de New York — que as poucas notícias que tinhamos do Brasil, transmitidas através da imprensa, eram escandalosas, não representavam a realidade.

Cheguei a queixar-me ao Embaixador brasileiro, estranhando que as notícias vindas do Brasil fossem, quase sempre, de propaganda negativa e lembrei-lhe a conveniência de a Embaixada Brasileira exercer sua influência junto aos jornais.

O Embaixador, homem eminente, confessou-se impossibilitado de tomar qualquer providência, porquanto a Embaixada do Brasil não dispunha de recursos para propaganda, ao contrário do que acontecia com outros Países, que contavam com verbas apreciáveis para esse fim. Por isso mesmo, era comum o noticiário a respeito de vá-

rias nações sul-americanas, ao passo que o Brasil nele não figurava, e, quando figurava, a propaganda era no sentido negativo.

Pouco tempo depois assumia a chefia da Representação brasileira nos Estados Unidos, o Embaixador Ernani do Amaral Peixoto. S. Ex.^a observando o que eu já havia notado, mandou-me carta dizendo ser a expressão da realidade, e pedindo interferência minha junto ao Congresso, no sentido de conseguir verba para propaganda do Brasil no exterior, através das Embaixadas.

Cheguei mesmo a apresentar emenda no Orçamento da República, no Ministério das Relações Exteriores.

Ainda há pouco tempo, Sr. Presidente, quando se deu o assalto ao trem pagador, encontrava-me na Europa, e pude observar: as notícias dos jornais eram de maneira tal, que, fora do País, fiquei um pouco surpreendido, até porque havia notícia em um dos jornais de maior circulação na França, que dava a seguinte versão: houve o ataque, o assalto, a um trem no Brasil, e especificava o local. Dizia mais adiante ser comum ocorrerem assaltos a trens, no Brasil, e descrevia o noticiário o que não expressava, absolutamente, a realidade.

Agora, quando o Presidente da República toma medidas para neutralizar o efeito negativo da propaganda do Brasil no exterior, só posso aplaudir S. Ex.^a, porque, como disse o noticiário era freqüentemente deturpado.

Assim, eu que ocupo constantemente a tribuna para uma crítica a S. Ex.^a desta vez estou aqui — e assim deve proceder a Oposição — para aplaudir a deliberação que S. Ex.^a acaba de tomar, e que consulta aos interesses do Brasil.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com satisfação.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.^a hoje ganha uma indulgência.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado a V. Ex.^a. Não é tanto uma indulgência. S. Ex.^a é que não tem a ganhar muito; se acertar muitas vezes, muitas vezes estarei aqui para aplaudir-lo. Mas, S. Ex.^a acerta pouco, e, por isso, poucas têm sido as oportunidades para aplaudir-lo.

O Sr. Fernandes Távora — Talvez V. Ex.^a não quizesse reconhecer os acertos do Presidente.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, essas as considerações que queria fazer. Faço votos para que o Exmo. Sr. Presidente da República acerte sempre, porque assim terá sempre os aplausos não só dos elementos que o apoiam nesta Casa, mas, também, dos que o combatem. Esse o verdadeiro exercício da democracia. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

— Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 26 de junho de 1961 (Segunda-feira)

Matéria em Regime de Urgência

1 Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1961 (nº 649 de 1959, na Câmara de origem) que concede anistia às instituições caritativas quanto ao recolhimento de contribuições atrasadas aos Institutos de Previdência (em regime de urgência nos termos do art. 330, letra c do Regulamento Interno) tendo Pareceres favoráveis das Comissões de Economia (nº 246, de 1961); de Legislação Social (nº 247, de 1961); de Finanças (proferido oralmente na sessão de 21 do corrente) e dependente de pronun-

ciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

Matéria em Tramitação Normal

2 Votação, em primeira discussão, do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1959, que acrescenta um parágrafo ao art. 2º da Lei nº 2.674, de 8 de dezembro de 1955 (lei que dispõe sobre o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Marítimo e dá outras providências), tendo Pareceres sob ns. 832, de 1959, 201, 202 e 203, de 1961, contrário ao projeto e à emenda de Plenário, das Comissões

- de Constituição e Justiça;
- de Serviço Público Civil e
- de Finanças.

3 — Votação, em primeira discussão do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1959, que dispõe sobre o começo de vigência dos Regimentos, Instruções, Portarias, Avisos e demais atos normativos e dá outras providências, tendo Pareceres contrários sob ns. 207 e 208 de 1961, das Comissões

- de Constituição e Justiça e
- de Finanças.

4 — Votação, em discussão única do Requerimento nº 209, de 1961, do Sr. Senador Gilberto Marinho, solicitando inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 1, de 1961.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 35 minutos).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR SÉRGIO MARINHO. NA SESSÃO DE 9 DE JUNHO CORRENTE. QUE SE REPRODUZ POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

O SR. SÉRGIO MARINHO:

— Sr. Presidente. Tive ocasião de me avistar em New York com o Chefe do Escritório do Instituto Brasileiro do Café. Disse-me aquele funcionário que os torrefactores mostram desinteresse na aquisição do nosso café e que esse desinteresse resulta da qualidade do produto que estamos exportando.

A política adotada pelo governo, consistente na compra das safras, não fomentou, como deveria, entre os produtores, a emulação necessárias, para que se empenhassem na obtenção de tipos, capazes de concorrer com os cafés de outras procedências.

A esse quadro desalentador, no maior centro de consumo do nosso principal produto de exportação, soma-se a posição desfavorável, em algumas praças europeias, que visitei.

Em Paris, vi referência a cafés de várias procedências, porém, não se referem a café brasileiro.

Detive-me diante de uma vitrina, em Bruxelas, onde se expunha aberto e quase cheio um vistoso saco de café. A embalagem era a mesma do café brasileiro, tipo Santos. Porém, havia sobre o saco uma etiqueta com os seguintes dizeres: MOKA DA ARÁBIA.

Em Roma, a poucos passos da "Piazza della Fontana", nas vizinhanças do Pantheon — ponto obrigatório de peregrinação turística — há uma conhecida torrefação: "Tazza d'Oro".

Ali, vi, expostos, em grande vitrine, os seguintes cafés:

- a) Moka-arábico;
- b) Kenta arábico;
- c) San Domingo;
- d) Pólio Rico;
- e) Colúmbia;
- f) Costa Rica.

Não havia, porém, café de procedência brasileira.

Em algumas outras casas, tive também a surpresa de não encontrar café brasileiro.

Ferrocando as cidades de Nápoles, Salerno, Sorrento, vi, expostas, amostras de café centro e sul — americanos, mas não encontrei qualquer referência a café brasileiro. Do mes-

mo modo, em Atenas, não encontrei café da procedência brasileira, como também não encontrei em Madrid, nem em Lisboa.

O Sr. Fernandes Távora — Dá licença V. Ex.^a para um aparte?

O SR. SÉRGIO MARINHO — Com muita satisfação.

O Sr. Fernandes Távora — A mesma observação pude fazer em diversas vezes em que fui à Europa. Verifiquei em toda as vitrinas que raramente havia um pequeno anúncio de um café, ordinário, tipo "Rio", ou a menor menção a café do Brasil. Infelizmente, o que V. Ex.^a afirma quanto à questão da escolha do café é uma realidade. Ou o Brasil modifica a atual produção de café e se dedica evulsivamente a cafés finos que possam realmente representar a nossa produção, ou ficaremos aliados dos mercados mundiais. Uma vez que o Governo compra café, que compre café e não cisco, ou lixo como costuma fazer. É realmente absurdo que o Governo gaste bilhões comprando, não o café, mas cisco, lixo. Se o Governo pretende melhorar nossa produção, deve, peremptoriamente, declarar que não compra café, senão de tais e tais qualidades; do contrário estará pondo dinheiro fora e prejudicando o comércio do nosso principal produto de exportação.

O SR. SÉRGIO MARINHO — Agradeço o aparte de V. Ex.^a e declaro que o nobre colega, Senador Fernandes Távora, tem toda razão no depoimento que acaba de prestar. Na realidade, em vez de mantermos os mercados existentes, estamos perdendo o cada dia os que já temos conquistado. Não quis carregar nas cores; mas, no próprio escritório do Instituto Brasileiro do Café, tive conhecimento de que um dos produtos de mais difícil colocação, atualmente, na praça de New York, é o café brasileiro.

O Sr. Fernandes Távora — Na América do Norte, vi café brasileiro, uma vez ou duas.

O SR. SÉRGIO MARINHO — V. Ex.^a teve, no curso da sua viagem, mais sorte do que eu, porque chegou a ver café brasileiro e eu não; apenas, em Bruxelas vi, numa embalagem de café tipo Santos, "Café Arábico".

O Sr. Fernandes Távora — Eles trocam: se colocarem o nome de café do Brasil, será tido como café ordinário.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. SÉRGIO MARINHO — Com prazer.

O Sr. Lima Teixeira — V. Ex.^a está fazendo judiciosas observações e quero, incorporando-me ao relato que V. Ex.^a faz, trazer o meu depoimento. Recentemente, participei da Conferência Inter-Parlamentar que se realizou em Genebra, e visitando casas comerciais, encontrei café Brasil apenas por acaso. Por curiosidade, entrei numa loja. Vi café em pacotes para a venda; não o do tipo solúvel, mas de preparo também imediato. Perguntei se tinham café Brasil, se aqueles pacotes continham café brasileiro. Disseram-me que não; que ali havia apenas café da Venezuela, da Colúmbia, mas do Brasil não. Insisti perguntando onde vendiam café brasileiro. Com grande dificuldade fui descobrir o café tipo 4 "Santos", e pouco, na Casa de Café do Brasil. Veja V. Ex.^a que a propaganda do café não é boa no exterior. Não sei como até hoje o Instituto Brasileiro do Café não pensou em realizar propaganda efetiva do nosso principal produto de exportação. Assim, as palavras de V. Ex.^a são, realmente verdadeiras. O que se observa no Exterior é a falta absoluta do café brasileiro.

O Sr. Fernandes Távora — O Governo agora está mandando deitar fora ou queimar o café ruim que só de armazenagem nos custa os olhos da cara. Isso já deveria ter sido feito há muitos anos, mas há Governos que pareciam desconhecer a realidade.

A displicência governamental ou administrativa neste País é um fato que ninguém mais discute é tudo quanto há de mais lastimável.

O SR. SÉRGIO MARINHO — Agradeço o aparte do nobre Senador Lima Teixeira, experimentado conhecedor do assunto e que traz a confirmação do que consegui observar na minha viagem.

O Sr. Lobão da Silveira — V. Ex.^a dá licença para um aparte?

O SR. SÉRGIO MARINHO — Com prazer.

O Sr. Lobão da Silveira — Estou ouvindo, atentamente, as observações que V. Ex.^a faz em torno do consumo do café na Europa. Observamos que nas grandes cidades da Europa aumenta o número de estabelecimentos comerciais porque, efetivamente, o número de consumidores de café na Europa também cresce, mas de cafés africanos, que gozam lá de grandes facilidades, como isenção de impostos, taxas mais baixas do que o brasileiro. No entanto, ao que me parece, não são superiores ao nosso. V. Ex.^a faz a observação de que os americanos, segundo lhe afirmaram, não estavam comprando o nosso café devido à sua qualidade. Mas os jornais publicaram um telegrama dos Estados Unidos, noticiando a entrada de grandes partidas de café africano naquele País.

O SR. SÉRGIO MARINHO — Agradeço o aparte do nobre Senador Lobão da Silveira, que, na realidade, robustece as informações que presto à Casa.

Ignoro, Sr. Presidente, se a situação que acaba de ser descrita, não pelo modesto orador mas pelos eminentes Senadores que me apartaram, resulta de acordo firmado com os nossos concorrentes e por força do qual estaríamos impedidos de aumentar o volume de nossas vendas, ou se a situação existente é fruto do nosso desinteresse ou displicência, no conquistar novos mercados.

Senhor Presidente, como toda a nação conhece, o Sr. Jânio Quadros encontrou o País às portas da insolvência; compromissos externos vencidos e não resgatados, funcionários diplomáticos em atraso, deteriorização galopante da moeda e, em decorrência, da inundação inflacionária, dentro da moldura jurídica, formalmente íntegra, um ordem social periclitante, tanto mais periclitante quanto mais o empuxo inflacionário faz subir o nível do preço das utilidades.

Em face da situação existente, para a qual também contribui a posição do nosso principal produto, adquirem significação singular, para a história da vida brasileira nesses últimos trinta anos, os resultados obtidos na regularização dos nossos débitos, quer nos Estados Unidos, quer na Europa, e na obtenção de novas fontes de capitais.

crédito, num e no outro mercado de As negociações relatadas na exposição feita pelo Ministro da Fazenda Sr. Clemente Mariani, exposição cuja transcrição nos anais do Senado, ora peço, totalizam a importância de dois bilhões, cento e vinte seis milhões de "dallars". Nesse total, como se verá na exposição citada, acham-se incluídos os débitos preexistentes com prestações já vencidas ou a vencer, proximoamente, e cujos prazos foram largamente dilatados; e os novos créditos com que fomos contemplados.

Eis a exposição referida:

"Na reunião de hoje, do Ministério, o Ministro da Fazenda, por solicitação do Sr. Presidente da República, expôs aos seus colegas os resultados de sua missão nos Estados Unidos, para regularização dos débitos do Brasil naquele país e perante o Fundo Monetário Internacional, bem como relativamente aos novos créditos obtidos para regularização dos atrasados comerciais e facilidades à importação. Em aditamento a essa ex-

planção, o Ministro da Fazenda re-
trai o Estado em que se encontram
as relações com os novos credi-
tadores, a cargo do Sr. Roberto
Campos, e os entendimentos iniciais
são os seguintes:

Regressando o Ministro da Fazenda
aos problemas a serem acertados
com os Estados Unidos abrangem três
aspectos: o Governo americano e seus
interesses financeiros, o Fundo Moneta-
rio Internacional e o setor privado.
Embora o Governo americano, no con-
tato do que ocorreu na administração
anterior, houvesse dissociado a
resolução dos problemas da sua com-
participação do acordo com o Fundo Mo-
netário Internacional, dele se revela-
va de grande importância, por ter
sido essencial para serem con-
cluídos os acordos no setor privado
e igualmente na área européia dos
países filiados ao Fundo.

Deixes o Ministro as características
especiais de que se revestia o proble-
ma do acordo com o Fundo Monetário
Internacional, salientou que o Brasil
um dos fundadores do Fundo, seu
sociado, nomeia um dos seus gover-
nadores que vem sendo sempre o Mi-
nistro da Fazenda em exercício, e
é um dos seus diretores, presen-
te o Dr. Maurício Bicalho, ex-
presidente do Banco do Brasil, eleito
pelo Governo anterior. Participan-
te do Fundo com uma cota de 290
milhões de dólares, dos quais 70 mi-
lhões naquela moeda e 210 em cru-
zeiros, à taxa da paridade, tem o Bra-
sil direito a levantar, sem maior exa-
rce, os 70 milhões da sua subscrição
em dólares, com exame sucinto mais
70 milhões e em caso de necessidade,
justificada, até mais duas cotas de 70
milhões, sendo necessário, entretanto,
para que goze deste direito às últimas
instâncias, que a sua política monetária,
total e de comércio exterior se de-
senvolva em harmonia com os prin-
cípios estatutários do Fundo, aliás
previstos pelo nosso País.

O Desentendimento Com o F.M.I.

havendo o Governo anterior se re-
traiu do direito de levantar as duas
cotas "tranches" de 70 milhões
de dólares, comprometendo-se, como
consta do documento hoje público,
a harmonizar sua política financeira
com os estatutos do Fundo, foi he-
rta sentir, na continuidade da so-
litação de um terceiro adiantamen-
to, a necessidade de restabelecer-se
a harmonia, contra o que se in-
feriu por entender que a política dis-
ponível adotada pelo Fundo contrari-
ava os interesses essenciais da in-
dependência do País, ainda que a
política de uma política internacional
e a subsídios cambiais. O desentendi-
mento não apenas impediu o Gover-
no brasileiro a obtenção de recursos
essenciais do próprio Fundo, como
fez com as normas a favor normas
de financiamento, como seriam o
Fundo Monetário Internacional, as agências do
Governo americano e os bancos par-
ticulares americanos e europeus. In-
teressante, porém, de obter os recursos
necessários para cobertura dos defi-
cits dos balanços impróprios, como os
"tranches" financeiros e por antecipação
das exportações e a transferência
para a possibilidade do atual Go-
verno de obter recursos próprios e, final-
mente, os meios imediatos de todos
os tipos, à falta da cobertura para
as operações cambiais contratadas
pelo Banco do Brasil e a venda para
a futura de divisas com cuja
oportuna disponibilidade não podia
contar.

Instrução 234

O acordo da situação com o Fundo
Monetário Internacional, operando
imposta não apenas pelas normas con-
veniências, mas pelo simples bra-
senso, constitui, entretanto, um pro-
blema delicado, pelo seu desajus-
tamento perante certos setores da opi-
nião pública brasileira, aos quais as
divergências haviam sido apresenta-
das como uma resistência em nome

do brio e da soberania nacional con-
tra imposições injustificadas. Neste
termo o Ministério fez sentir aos
representantes do Fundo que a es-
tabilização da política externa do
Governo brasileiro com o Fundo Mo-
netário basear-se, tão-somente, na ex-
istência que este pudesse exercer na
política financeira e política externa
do espontaneamente pelo atual Go-
verno brasileiro, comprometendo-se
o programa de câmbio do Sr. Roberto
Campos, da República, política ex-
terna e do discurso do dia de ho-
je, na apresentação, por Sua Ex-
cellência, da Instrução número 234 em
exposição feita pelas câmaras de rádio
e televisão, bem como no discurso
do Ministro da Fazenda à Câmara
dos Deputados e consubstanciada na
referida Instrução nº 234.

Como é do conhecimento público,
as negociações para o acordo dos no-
vos problemas na área americana for-
am inicialmente conduzidos pelo Em-
baixador Moreira Sales, como repre-
sentante pessoal do senhor Presidente
da República e em estrito contato
com o Ministério da Fazenda. Elas
foram continuadas, durante a reunião
dos bancos Interamericano e de De-
senvolvimento, no Rio de Janeiro, di-
retamente entre o Ministro da Fa-
zenda e o Secretário do Tesouro, Se-
nhor Douglas Dillon, e seus assisten-
tes. Nessa oportunidade, o Secreta-
rio Dillon, visitando, com os seus as-
sessoros, o senhor Presidente da Re-
pública, assegurou-lhe o propósito do
Governo americano de apoiar o es-
tado do Governo brasileiro pela re-
abilitação financeira do País, bem co-
mo o de promover, nesse sentido, um
movimento conjunto dos nossos credi-
tores europeus e do Fundo Monetário
Internacional, ficando de convidar o
Ministro da Fazenda a ir a Washing-
ton finalizar os entendimentos logo
que houvesse examinado com os or-
gãos competentes do Governo ameri-
cano, o memorando em que consubstan-
ciava as nossas necessidades.

Confiança no Brasil

Ainda por intermédio do Em-
baixador Moreira Sales, os entendimen-
tos continuavam em Washington e
Nova York até que se considerou ne-
cessária a presença do Ministro da
Fazenda para concluí-los. Partiu, en-
tão, para Washington, o Sr. Clemente
Amaral, entrevistando-se, no próprio
dia da chegada, com o diretor-su-
perintendente do Fundo Monetário In-
ternacional, Sr. Pier Jacobson, para
perfeita compreensão das dificulda-
des financeiras e políticas com que
defrontávamos e cuja confiança nos
principais do nosso programa econô-
mico e na firmeza de sua execução in-
dicavam francamente o encaminhamen-
to. A solicitação, pelo Governo bra-
sileiro, ao apoio do Fundo Moneta-
rio Internacional baseou-se, apenas,
com o referido, na afirmação de sua
política financeira já adotada e sua
concordância pelo Fundo na apresentação
dos documentos que a consubstan-
ciam e do esforço que vinhamos fa-
zendo para torná-la realizable.

O auxílio prestado pelo Fundo Mo-
netário Internacional consistiu de
seus empréstimos, pelo prazo
primitivo por seus estatutos,
do débito de 140 milhões e na con-
cessão de novos créditos, no valor de
130 milhões de dólares, dos quais 50
milhões imediatamente à nossa dispo-
sição e os 100 restantes em 10 cotas
mensais de 10 milhões. A sua bo-
vontade manifestou-se na antecipação
do dois dias do reunião normal
do "board" de diretores, que deveria
decidir sobre a proposta do Brasil,
para que o seu resultado pudesse ser
incluído no comunicado conjunto do
Secretário americano e do Ministro
brasileiro, a ser publicado no dia da
chegada deste ao Rio de Janeiro, a 17
de maio.

Acertado o caso do Fundo Monetário
Internacional e concluídas as en-

tendimentos com o Secretário Dillon
e o Export Import Bank, cujos do-
cumentos, entretanto, necessitavam de
ajustes para serem lavrados, o
Ministro Amaral regressou a Nova
York, em companhia do Embaixador
Moreira Sales, para concluir os en-
tendimentos nos setores privados, ou-
tra vez com os bancos privados, sobre
a prorrogação do empréstimo de 140
milhões, com garantia do ouro e re-
stos do empréstimo de 53 milhões,
para liquidação imediata em moeda
brasileira, bem como para acre-
tar com as companhias petrolíferas o
pagamento a prazo do atrasado nas
suas importações e fornecimentos, da
ordem de 70 milhões. Essas negocia-
ções, que vinham sendo conduzidas
pelo Embaixador Moreira Sales, fo-
ram praticamente concluídas, com o
acerto da prorrogação para o final do
contrato das prestações do empréstimo
com garantia do ouro relativo aos
anos de 1961 e 1962, no total de 114
milhões de dólares e com a renova-
ção do empréstimo de 53 milhões.
Com relação às companhias de petro-
leo, os entendimentos concluídos na
oportunidade da passagem do Minis-
tro por Nova York, a 16 de maio, re-
sultaram no pagamento dos seus cré-
ditos no prazo de 3 anos, mediante a
realização de "swaps" de igual va-
lor, com liberação dos cruzeiros que
haviam sido depositados para trans-
ferência dos atrasados, ou seja, 100
cruzeiros por dólar.

Eximbank

Regressando a Washington o Minis-
tro da Fazenda, foram definitivamente
concluídas as negociações com o
Fundo Monetário Internacional, com o
Export e Import Bank e com o Tesou-
ro Americano. Agora, como foi
dito, com a prorrogação do débito de
140 milhões e o novo empréstimo de
160. Com o Eximbank, mediante a
consolidação para pagamento em 20
anos dos débitos do Brasil, num mon-
tante de 600 milhões, dos quais 200 já
utilizados e 70 por utilizar, débitos
esses cujos vencimentos se acumula-
vam nos anos de 61 a 64. Além disso,
concedeu-nos o Eximbank um crédito
novo de 168 milhões de dólares, cor-
respondente aos novos atrasados co-
merciais na área americana e dos
quais uma parte deixará de ser utili-
zada imediatamente, com esse po-
tencial, podendo ser aplicada em novas
importações, devido ao acordo com
as companhias petrolíferas.

Do Tesouro americano obtivemos
um crédito imediato de 70 milhões,
dos quais 35 para serem logo utili-
zados e o restante em 10 prestações
mensais, e a promessa de mais 100
milhões em setembro quando volta-
re, em agosto, a lei solicitada pelo
Presidente Kennedy ao Congresso
para reforço do fundo de auxílio às
Repúblicas Sul-Americanas.

Resultados

Os resultados da missão nos Es-
tados Unidos, consubstanciaram-se,
portanto, nos seguintes números:

Créditos consolidados: Fundo Mo-
netário Internacional, 140 milhões;
Eximbank, 168 milhões; bancos par-
ticulares, 114 milhões; companhias de
petróleo, 70 milhões; total, 524 mi-
lhões.

Créditos Novos: Fundo Monetário
Internacional, 160 milhões; Eximbank,
168 milhões; bancos particulares, 53
milhões; Tesouro americano, 170 mi-
lhões; total, 553 milhões.

O total das duas parcelas repre-
senta 1.420 milhões de dólares, quan-
ta que, por si só, indica a confiança
posta pelos órgãos internacionais, o
Governo americano e as organizações
particulares na política financeira
adotada pelo Governo brasileiro, bem
como a disposição do Governo ame-
ricano de vir em auxílio das nossas
dificuldades, como das dos demais pa-
íses sul-americanos, que se dispõem

ao esforço e ao sacrifício que estamos
fazendo para vencê-los dentro dos
princípios do sistema democrático. E
tudo isso, sem que se procurasse, por
meio levejante que fosse, vincular
esse apoio financeiro a qualquer pro-
blema político, antes encontrando
o lado brasileiro, de parte do Se-
cretário Dillon, dos seus assistentes fi-
nanceiros, do presidente do Exim-
bank, do Presidente Kennedy e, na
esfera internacional, do Sr. Jacob-
son, assim, o propósito de propor-
cionar ao Brasil a possibilidade de
reajustar o seu balanço de pagamen-
tos.

Missão Roberto Campos

Fazendo ao setor da regularização
dos débitos do Brasil na área euro-
peia, ordenou o Ministro da Fa-
zenda que, durante a sua estada nos Es-
tados Unidos, chamou a Nova York
o Embaixador Roberto Campos, a fim
de acertar as medidas finais para a
sua solução. Já a esse tempo se rea-
lizava a primeira reunião dos credi-
tores europeus, em Paris, com a as-
sistência de Sr. Leddy, assistente do
Secretário de Dillon, e do Sr. Lin-
der, presidente do Eximbank, sendo
anotadas, em princípio, as bases da
possível consolidação. Depois do seu
regresso ao Brasil, nova reunião se
realizou a 20 de maio cujos resulta-
dos, segundo os últimos informes, re-
cebidos do Embaixador Roberto Cam-
pos, são os seguintes, a serem con-
substanciados em documentos cujas
minutas acaba de receber: emprésti-
mos consolidados, 299 milhões; Stand
By Credits, 120 milhões; créditos a
curto prazo, 50 milhões. Total: 469
milhões.

Foram também iniciados pelo Em-
baixador Roberto Campos, e estão
sendo transferidos para o Itamarati,
os entendimentos para a consolidação
dos nossos créditos com o Japão, na
importância de cerca de 73 milhões.
Assim, o total das negociações nas
áreas européia, americana e japonesa
alcança 2.022 milhões de dólares, e
se a eles juntarmos os 70 milhões
do terceiro acordo do trico e os 34
milhões do donativo ao Nordeste, por
conta do segundo acordo, chegaremos
a um total de 2.122 milhões de dó-
lares para as negociações conduzidas
pelo Ministério da Fazenda e rela-
cionadas com o nosso crédito externo.

Terminando, o Ministro da Fazenda
conferenciou-se com o Presidente da
República pelos felizes resultados nes-
tas negociações, conduzidas dentro das
normas estabelecidas por Sua
Excelência e cediui permissão para
destacar o concur inestimável dos
Embaixadores Moreira Sales e Rob-
erto Campos. O Sr. Presidente da Re-
pública, por sua vez, felicitou o Mi-
nistro pelos resultados obtidos.

Por fim, o Presidente, não se pode nem
se deve subestimar a habilidade e o
prestígio de que deram provas os ne-
gociadores desses países.

Entretanto, é de justiça proclamar
que sem a receptividade, criada nos
Estados Unidos e nos países do Oc-
cidente europeu, pela política adotada
pelo Sr. João Quadros, política res-
posta, política de guerra à inflação; ao
embargo, ao superávit; política de volu-
dade cambial, política de contenção
de despesas, política de respeito à po-
lítica econômica, jamais os nossos
negociadores teriam chegado a boa
termina.

O que recolhi, fêzo nos Estados
Unidos, fosse no Ocidente europeu,
como reflexo do orientamento dos di-
reções e do desamor do nosso go-
verno, foi a mais viva confiança nos
valores da administração iniciada.

Por isso que muitas das medidas
adotadas pelo Sr. João Quadros
em um sentido imprevisto. Mas não
estava o Sr. João Quadros categori-
zando a enfrentar, com êxito, a atual
conjuntura brasileira, se entre as suas
virtudes de estadista não se incluísses
também esta virtude singular, que é
a coragem de sacrificar a popularidade
em prol do bem público (*Muito bem*).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR PAULO FENDER, NA SESSÃO DE 23 DE JUNHO DE 1961, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PAULO FENDER:

(Para uma explicação pessoal) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desta tribuna tivemos ocasião de articular uma denúncia, para conhecimento do Governo, sobre irregularidades ocorridas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com relação à confecção da lista tripla de que resultou a nomeação, pelo Sr. Presidente da República, do Reitor da referida Universidade.

Na ocasião dissemos não acreditar que as irregularidades fossem do conhecimento do Sr. Ministro da Educação e Cultura; esperávamos, mesmo, a vista dos documentos que solicitamos, não fôssemos tão chocantemente enganados a inquirição.

Entretanto, esses documentos, que já tenho em mãos e que são enviados ao Senado por aquele Ilustre Alcaide, vem confirmar, plenamente, a ocorrência de todas as irregularidades que produziram nosso protesto inicial.

Articulamos que houvera quatro violações de Direito na confecção da lista tripla, representando que não deveriam ter sido assentados na sessão de que resultou aquela escolha.

Mas, a simples confirmação das irregularidades não é o ponto. O ponto principal, em que me deterei e que é o mais grave, é o da responsabilidade que assume o Consultor Jurídico do Ministério da Educação e Cultura, no parecer que se oferece a exame do Senado e que é um atestado, pura e simplesmente, de má fé ou de incompetência, se não se admitir seja também uma audaciosa atitude de desprezo à lei.

Verifica-se desse espantoso documento e da leitura das atas enviadas que, além de se descumprirem as disposições legais, ainda se as usaram em sentido falso, para cumprir-se outra coisa mais forte do que a lei, talvez: a vontade governamental toda absoluta e poderosa.

Assim é que o Decreto 49.973, de 21 de janeiro de 1961, que regula o funcionamento da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, foi baixado pelo Governo Kubitschek, em 21 de janeiro de 1961, para daí cumprir-se o disposto no artigo 118 da Lei nº 3.338, de 18 de dezembro de 1960, segundo o qual o Governo estava na obrigação de, dentro de 60 dias, baixá-lo, aprovando o Estatuto da referida Universidade, caso contrário, atirado do seu art. 118, ficou e seguinte:

"Art. 118. Os representantes das Unidades agregadas no Conselho Universitário não poderão

a) votar ou ser votados na composição da lista tripla para escolha do Reitor no processo de eleição de Vice-Reitor e no provimento de qualquer cargo ou função."

Ainda o artigo enumera outras alíneas, com relação a impedimentos dos representantes das Escolas agregadas do Conselho, porém fica claro que esses representantes não poderiam votar na confecção da lista tripla.

Que faz o Governo para nomear um Reitor do seu desejo?

Baixa um decreto, o de nº 50.340, de 16 de março de 1961, que revoga o Decreto nº 49.973, esse mesmo cujo artigo acabou de ler para o Senado.

A finalidade era exclusivamente revogar o artigo segundo o qual não poderiam os representantes das Escolas agregadas no Conselho Universitário votar para a escolha do Reitor. E não importou ao Governo que o novo decreto implicasse na violação do prazo

legal de outorga do estatuto da Universidade, agora a ser expedido pelo Poder Executivo muito depois dos 60 dias da exigência legal.

Mas, Sr. Presidente, seria perfeitamente normal a nomeação do Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mesmo em tais condições, gritantemente voluntaristas e pretorianas, se outro Decreto tivesse sido também revogado para premunir a cautela do Governo. Mas não o foi, e aí é que se enganam as autoridades educacionais e jurídicas do Ministério da Educação e Cultura.

O Decreto nº 50.056, de 23 de janeiro de 1961, que dispõe sobre a aprovação de estabelecimentos de ensino superior, não fere, em absoluto, as disposições Federais reza a certa alteração de texto 6º.

O artigo tem várias alíneas, em seu parágrafo único, entre as quais destaca a primeira, que diz: "não poderá — o representante de qualquer estabelecimento — votar ou ser votado na composição da lista tripla para a escolha do Reitor e no provimento de qualquer cargo ou função."

Aí está, de pé, Sr. Presidente, mesmo dispositivo legal, respaldado, por força do gênio jurídico que não assiste ao Governo, à stina de bicharéis entregues ao trabalho de simplesmente destruir leis. A unha direita do consultor ministerial não levou a sério, em seu afã revogatório, esse outro Decreto, o nº 50.066, que é especificamente, o que dispõe sobre escolas agregadas e não, o 49.973, que versa matéria diversa, para o fim colimado pelo Governo.

E pueril, apenas pueril, Sr. Presidente, que um consultor jurídico de um grande Ministério, o Ministério da Educação e Cultura — e cultura, veja-se bem, Sr. Presidente — venha, não se lembrar Ministros de Estado, aduzir, num parecer técnico, para que venha aduzir argumentação de rebuladagem, que um artigo decreto específico esteja revogado pela simples expressão "revogam-se as disposições em contrário", de um decreto baixado para revogar por inteiro um outro, completamente diferente. Seria até despendioso, em tal caso, o remate revogatório habitual dos Decretos. De duas uma, Sr. Presidente: a esse consultor jurídico falta a letra ou falta a probidade profissional.

Pelo exposto, não cabe culpa ao Sr. Presidente da República de haver praticado o ato ilegal, nem ao Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro o qual está em plena posse do cargo, exercendo suas funções tranqüilamente, muito acima das leis deste pobre país.

Resta-me levar o meu latim ao Sr. Ministro da Justiça, com o fardo da tamanha monstruosidade jurídica, porque S. Ex.ª, bem como o Sr. Presidente da República, tem afirmado à Nação, freqüentes vezes, que este é o regime da Lei. Vejamos se o é mesmo. Como a Lei está flagrantemente atendida, violada e descumprida, no ato apontado, daqui lanço a minha denúncia, perfeitamente formalizada, a espera, muito natural, de que o Governo se antecipe à medida judicial que, certamente, os prejudicados já estarão impetrando, na matéria.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 73 — DE 22 DE JUNHO DE 1961

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar Ronaldo Pacheco de Oliveira, Auxiliar Legislativo PL-10, da Diretoria do Pessoal.

Secretaria do Senado Federal, em 22 de junho de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 73 — DE 22 DE JUNHO DE 1961

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar Virgílio José da Silva, Auxiliar de Portaria PL-9, da Diretoria do Arquivo.

Secretaria do Senado Federal, em 22 de junho de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Ato do Diretor Geral

O Diretor-Geral deferiu os seguintes requerimentos:

— números 141, 171, 176 e 210 de 1961, respectivamente de Aníbal Lourdes Oliveira, Auxiliar de Limpeza, PL-11; Luiz Vadevino de Lima, Auxiliar de Limpeza, PL-11; Joaquim Luiz da Rocha, Auxiliar de Portaria, PL-10; e Nilo Gonçalves Martins, Motorista, PL-10, solicitando conste em seus assentamentos o elogio de que trata o Requerimento nº 318-60, publicado no Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 23 de abril do mesmo ano;

— de Léa José da Silva, Oficial Legislativo, Simbolo PL-7, solicitando férias relativas ao período de 1960, a partir de 3 de julho próximo;

— de Luiz Renato Vieira da Fonseca, Auxiliar Legislativo, Simbolo PL-10, solicitando férias relativas ao período de 1961, a partir de 26 de junho em curso;

— de Paulo de Carvalho Góes, Eletricista, Simbolo PL-7, solicitando férias relativas ao período de 1960, a partir de 15 de julho próximo;

— de Philadelpho Seal, Redator, Simbolo PL-3, solicitando 16 dias de férias relativas ao período de 1960, a partir de 29 de junho em curso;

— de José Corrêa Fuzo, Motorista, Simbolo PL-10, solicitando férias relativas ao período de 1959, a partir de 21 de junho em curso;

— de Mary de Faria Albuquerque, Oficial Legislativo, Simbolo PL-8, solicitando 25 dias de férias relativas ao período de 1960, a partir de 26 de junho em curso;

— de Abel Ferraz de Macedo, Agente de Conservador de Documentos, Simbolo PL-6, solicitando conste em seus assentamentos o elogio de que trata o Requerimento nº 318-60, publicado no Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 23 de abril do mesmo ano;

— e inferior o requerimento — em que Cláudio de Araújo Barros, Radiotécnico, Simbolo PL-3, solicita dispensa do uso de uniforme. Secretaria do Senado Federal, em 22 de junho de 1961. — Ninon Borges Seal, Diretora do Pessoal.

ATA DOS TRABALHOS DA PROVA NÚMERO CINCO (TÉCNICA - RECINTO) DO CONCURSO PARA TAQUIGRAFO DA SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e um, na sala das sessões da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, nesta cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a prova número cinco (Técnica - Recinto) do concurso para Taquígrafo da Secretaria do Senado Federal. Presentes os Senhores Senador Heribaldo Vieira, Clemente Watzl, Diretor da Taquígrafia do Senado Federal, e a Taquígrafa Revisora Elena Simas, examinadores, bem como Laura Bandeira Accioli, Secretária, teve início a prova às quatorze horas e quinze minutos, depois de ter o candidato Francisco Ojeda assinado a lista de comparecimento. No primeiro "quarto", que teve a duração de dez minutos, foram apanhados discursos dos Deputados Saldanha Coelho e Frota Aguiar, e no segundo, também com a duração de dez minutos, discurso do Deputado Paulo Alberto Monteiro de Barros. Concluído o ana-

limento, dirigiu-se o candidato sala da Taquígrafia da referida Assembleia, onde procedeu a decifração, que principiou às quinze horas, com o prazo de quatro horas. As dezesseis horas e trinta minutos, o candidato Francisco Ojeda assinou a lista de entrega da prova e a mesma, que foi fabricada pelos membros da Comissão Examinadora, depois de verificado o cartão de identificação. Encerraram-se, assim, os trabalhos da prova número cinco (Técnica - Recinto) do concurso para Taquígrafo da Secretaria do Senado Federal, e para que conste em ata eu, Laura Bandeira Accioli, servindo de Secretária, por designação do Presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata, que lida e achada por mim, vai devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora e por mim. Rio de Janeiro, quinze de junho de mil novecentos e sessenta e um. — Heribaldo Vieira, — Clemente Watzl, — Elena Simas.

Editais

De concorrência pública, para o projeto e a execução das instalações do Serviço Médico da Secretaria do Senado Federal.

O Diretor-Geral da Secretaria, de ordem do Senhor 1º Secretário, Senador Cunha Mello, declara aberta, nesta data, pelo prazo de vinte (20) dias, a concorrência pública para a apresentação de projetos e competentes plantas, desenhos e detalhes referentes às instalações do Serviço Médico da Secretaria do Senado Federal, inclusive na parte de móveis, padronizados e especiais, de aço, necessários ao dito serviço.

2. Dentro do período de vinte (20) dias mencionado no parágrafo anterior, os representantes das firmas especializadas que venham a se interessar pela presente concorrência, terão acesso assegurado ao 2º andar do Edifício do Anexo do Senado Federal, em Brasília, onde o Serviço Médico deverá ser instalado, a fim de que estudem e proponham seus projetos e respectivos orçamentos, discriminados, nestes últimos, as de obras e instalações e os relativos a móveis e equipamentos.

3. Os interessados, quanto aos aspectos técnicos, deverão procurar entender-se com os médicos do Serviço Médico, antes ouvindo o que em linhas gerais dispõem.

4. Encerrado o prazo de entrega, no dia seguinte às 16 horas, as propostas serão abertas na presença dos interessados, no Gabinete do Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, em Brasília.

5. As propostas, uma vez arroladas, serão encaminhadas, com relatório, ao Senhor 1º Secretário, a fim de que deliberem sobre a vencedora.

6. Fica estabelecido que a apresentação de proposta não assegura direito algum ao proponente, salvo o de saber que sua proposta foi devidamente considerada entre as demais, para escolha final pelo Senhor 1º Secretário, e deliberação da Comissão Diretora.

Senado Federal, em 9 de junho de 1961. — Evandro Mendes Vianna — Diretor-Geral.

De concorrência pública, para a execução de conjuntos de bancas, estantes prateadas e embutidas, e quadro chapeiro, para a Portaria, Amostrador e o Gabinete do Diretor-Geral da Secretaria do Senado.

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal nos termos da lei, e devidamente autorizado pelo Sr. 1º Secretário Senador Cunha Mello, declara aberta, pelo presente edital, durante 30 (trinta) dias a concorrência pública, para apresentação de propostas, entre as firmas especializadas em

móveis, diretamente ou por intermédio de seus representantes em Brasília, para a execução de móveis abaixo indicados:

— Conjunto de balcões para a Secretaria:

Lado Direito:

- a) Balcão com 1,90 mts. comprimento;
- b) Idem, com 35 cms. comprimento;
- c) Idem, com 4,25 mts. comprimento;
- d) Idem, com 4,25 mts. comprimento;
- e) Idem em forma de L, medindo de um lado 2,00 mts. de comprimento e 4,30 mts. de comprimento, de outro lado;
- f) Balcão com 4,60 mts. de comprimento.

Lado Esquerdo:

- a) Balcão com 0,33 cms. de comprimento;
- b) Idem, com 2,00 mts. de comprimento;
- c) Idem, em forma de L medindo 3,20 mts. de um lado e 2,00 mts. de outro lado.

II — Estantes:

- a) Estante prateleira, igual ao tambri, com prateleiras nas ras medindo 1,40 x 2,00 mts. de altura;
- b) Estante embutida, corpo inferior com duas (2) portas e superior aberta, com prateleiras, medindo 1,40 x 2,50 mts.

III — Balcão para o Almoraxiado:

- a) Balcão, em forma de L, medindo 5,00 mts. de um lado e 1,60 mts. de outro.

IV — Quadro Chaveiro:

- a) Quadro chaveiro, para trinta e seis (36) chaves, com porta de vidro e fechadura.

Encerrado o prazo de entrega das propostas, serão as mesmas abertas, quarenta e oito (48) horas depois, na presença dos interessados, às 16 horas, no Gabinete do Diretor-Geral da Secretaria do Senado, em Brasília, e encaminhadas para julgamento final com relatório, ao Sr. 1º Secretário Senador Cunha Mello.

As firmas proponentes deverão especificar a madeira e demais materiais que usarão na confecção dos móveis relacionados no presente edital, assim como os preços unitários e preço total.

Fica estabelecido que a apresentação da proposta não assegura direito algum ao proponente a não ser o de saber se a considerada, entre as demais, para escolha final, por parte do Sr. 1º Secretário do Senado.

Brasília em 15 de maio de 1961. — Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral.

De concorrência pública para apresentação de propostas relativas à aquisição de estantes de aço, destinadas à Biblioteca do Senado Federal.

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado, nos termos da lei, e devidamente autorizado pela Comissão Diretoria, declara aberta pelo presente edital, durante trinta (30) dias a concorrência pública para apresentação de propostas relativas à aquisição de estantes de aço destinadas à Biblioteca.

A aquisição será de cento e trinta e duas (132) estantes de aço, assim distribuídas:

26 (vinte e seis) Conjuntos de Estantes de Aço desmontáveis, compostos de 4 ações cada um, de dupla face tendo cada seção 12 prateleiras (6 em cada face) reguláveis de 5 em 5 cm., perfazendo o total de 48 prateleiras em cada conjunto. As

prateleiras em cada conjunto. As prateleiras serão construídas em chapas de aço CSN-18, em tiras viradas em "U", com 3 dobras, para proporcionar ventilação aos livros, tendo abas laterais arredondadas e as bordas enroladas com arame medindo 0,965m. de comprimento x 0,225m. de largura. Os suportes de encaixe serão fixados na parte anterior das abas por meio de solda elétrica a ponto tendo 2 garas de apoio e serão construídos em chapas de aço CSN-12. As colunas com 2,20m de altura, em número de 5 por conjunto, serão duplas, construídas em chapas de aço CSN-16, com 2 entalhes paralelos de 5 em 5 cm., nas duas faces para regulagem das prateleiras tendo base de apoio (sapata) de metal polido e terminal do mesmo material. As seções serão ligadas entre si por meio de uma barra de chapa CSN-18, virada em "U", na parte superior e inferior das colunas.

2 (dois) Conjuntos de Estantes de Aço, desmontáveis com 2 seções, cada um, de dupla face tendo cada seção 12 prateleiras (6 em cada face), perfazendo um total de 24 prateleiras em características dos modelos anteriormente descritos.

8 (oito) Conjuntos de Estantes de Aço, em tamanho especial para encaixe entre as colunas do prédio.

8 (oito) Seções de Estantes de Aço, de dupla face, com 12 prateleiras (6 em cada face), obedecendo os mesmos detalhes e características dos modelos anteriormente descritos.

168 (cento e sessenta e oito) Travessas, de reforço construídas de chapas de aço CSN-18, viradas em "U", para ligação das colunas, entre os conjuntos (amarração da instalação).

Composição:

176 Colunas duplas de 2,20m de altura;

1 382 Prateleiras de 0,965m x 0,225m;

192 Prateleiras de 0,900m. x 0,225m. (para os conjuntos a serem instalados entre as colunas);

264 Travessas de reforço para ligação das colunas entre as seções;

168 Travessas de reforço para ligação das colunas entre os conjuntos;

176 Bases (sapatas) de metal polido (apoio das colunas);

176 Terminais das colunas, em metal polido;

Pintura:

Na cor cinza, com acabamento liso, aplicada sobre demão de tinta antiferrugínea, podendo ser aplicada tinta especial "martelada" de maior resistência, sem alteração de preço.

Prazo de Entrega:

De 30 a 45 dias, para o material devidamente instalado.

Encerrado o prazo de entrega das propostas, serão as mesmas abertas, quarenta e oito (48) horas depois, na presença dos interessados, às 16 horas no Gabinete do Diretor-Geral da Secretaria do Senado, em Brasília, e encaminhadas para julgamento final com relatório, ao Sr. 1º Secretário, Senador Cunha Mello.

Fica estabelecido que a apresentação de proposta não assegura direito algum ao proponente, salvo o de saber que sua proposta foi devidamente considerada entre as demais, para escolha final por parte do Sr. 1º Secretário, e deliberação da Comissão Diretora.

Senado Federal, em 18 de maio de 1961. — Evandro Mendes Viana — Diretor.